

**Narrativas Urbanas: Centros Antigos e Sociedade Civil. Os Casos de
Portimão e Loulé, Algarve, Portugal**

*Urban Narratives: Ancient Centers and Communities. The Cases of Portimão and Loulé,
Algarve, Portugal*

*Narrativas Urbanas: Centros Antiguos y Comunidades. Portimao El Caso Y Loulé, Algarve,
Portugal*

Lucinda Oliveira Caetano

Investigadora CIAUD, Universidade de Lisboa, Portugal
lucinda.caetano63@gmail.com

José Crespo

Professor Doutor, Universidade de Lisboa, Portugal
jcrespo@fa.utl.pt

Rodrigo Cury Paraízo

Professor Doutor, UFRJ, Brasil
rparaizo@gmail.com



RESUMO

Trata o presente trabalho da narrativa territorial e temporal comparativa de duas cidades - Portimão e Loulé – na sua relação com a região onde estão inseridas, a do Algarve. A função e a topografia que presidiram aos assentamentos humanos no Algarve – região sul de Portugal – determinaram uma ocupação do território em duas linhas paralelas, uma junto ao mar – cidades ribeirinhas – e outra mais interior – cidades colinas – tendo sofrido mudanças temporais distintas, apresentando atualmente especificidades próprias. Nesse contexto, os centros urbanos antigos, repositórios de identidades e memórias coletivas, são o laboratório urbano ideal para a análise dessas distinções e das mutações culturais e humanas que a materialização das diferentes políticas urbanas determinou. Nesta narrativa urbana do tempo longo, tentaremos perceber em que medida as populações se foram moldando; as cidades foram ganhando ou perdendo vitalidade; e as populações se foram identificando ou não com o sítio. Para corroborar ou refutar as conclusões retiradas da análise histórico-cultural, no que concerne ao sentimento de pertença das populações, recorre-se a inquéritos por questionário, realizados nas duas cidades, selecionando qualitativamente alguns atores-chave dessas sociedades. Os resultados desta sub-investigação demonstram que quanto mais aceleradas são as mudanças e quanto menor for o envolvimento das populações nas políticas urbanas, mais “anônimos” se tornam os centros antigos e menos identificação existe com as populações locais.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativas urbanas, centros antigos, sociedade civil

ABSTRACT

The present work deals with the comparative territorial and temporal narrative of two cities - Portimão and Loulé - in their relationship with the region where they are inserted, the Algarve. The function and the topography that presided over the human settlements in the Algarve - southern region of Portugal - determined an occupation of the territory in two parallel lines, one by the sea - riverside cities - and another more inland - hill cities - having undergone different temporal changes, currently presenting their own specificities. In this context, the old urban centers, repositories of identities and collective memories are the ideal urban laboratory for the analysis of these distinctions and the cultural and human mutations that the materialization of the different urban policies have determined. In this urban narrative of the long time we will try to understand to what extent the populations have been shaping; the cities were gaining or losing vitality and the communities were identifying themselves or not with the site. In order to corroborate or refute the conclusions drawn from the historical-cultural analysis regarding the sense of belonging of the communities, we will resort to questionnaire surveys conducted in the two cities with qualitatively selected key actors of these communities. The results of this sub-research show that the faster the changes are and the less population involvement in urban policies, the more "anonymous" the old centers become and the less identification there is with the local communities.

KEY-WORDS: Urban Narratives, Ancient centers, Communities

RESUMEN

El presente trabajo trata de la narrativa territorial y temporal comparativa de dos ciudades - Portimão y Loulé - en su relación con la región donde están insertadas, la del Algarve. La función y la topografía, que rige los asentamientos humanos en el Algarve - la región sur de Portugal - determinaron una ocupación del territorio en dos líneas paralelas, uno al lado del mar - ciudades junto al río - y otro más en el interior - ciudades colinas - ha sido objeto de varios cambios en el tiempo, presentando actualmente especificidades propias. En este contexto, los centros urbanos antiguos, repositórios de identidades y memorias colectivas (FERNANDES, 2014), son el laboratorio urbano ideal para el análisis de esas distinciones y de las mutaciones culturales y humanas que la materialización de las diferentes políticas urbanas ha determinado. En esta narrativa urbana del tiempo largo (BRAUDEL, 1978), intentaremos percibir en qué medida las poblaciones se fueron moldeando; las ciudades fueron ganando o perdiendo vitalidad y las comunidades se fueron identificando o no con el sitio. Para corroborar o refutar las conclusiones extraídas del análisis histórico-cultural en lo que concierne al sentimiento de pertenencia de las comunidades, recurrirá a encuestas por cuestionario realizadas en las dos ciudades cualitativamente por la selección de actores clave de esas comunidades. Los resultados de esta sub-investigación demuestran que cuanto más acelerados son los cambios y cuanto menor es la participación de las poblaciones en las políticas urbanas, más "anónimos" se convierten en los centros antiguos y menos identificación existe con las comunidades locales.

PALABRAS CLAVE: Narraciones urbanas, Centros antiguos, Comunidades

A cidade, como se encontra na história, é o ponto de máxima concentração de poder e cultura de uma comunidade.

Lewis Mumford (1982)

No passado, as ruas e os locais públicos eram palcos onde classes sociais e usos sociais mesclados, estágios solenes, cerimônia e espetáculo improvisado, de observação de pessoas, de recreação. (T.A.)

Spiro Kostof (1989)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar o contexto territorial na sua “viagem temporal”, do tempo longo (BRAUDEL, 1978), e simultaneamente a conjuntura sócio-política-econômica dos casos de estudo, da investigação-ação de doutoramento, referente ao desenvolvimento de modelos de gestão participados para a regeneração urbana dos centros antigos.

Como refere Sérgio Fernandes, o “código genético” identitário de um “assentamento humano” encontra-se na sua forma urbana e, para entendê-lo importa “compreender o traçado urbano a partir da morfogénese, ou seja, do reconhecimento das causas e condicionantes que estão na origem e determinam uma forma, e da capacidade geradora e persistente dessa matriz na formação do traçado ao longo do tempo” (2014, p.6).

Contudo, uma análise urbana global não se esgota na forma urbana, nem sequer nos elementos da cultura material e imaterial que subsistiram no tempo e são reflexo do percurso histórico dos aglomerados urbanos. É importante observar também as várias conjunturas sócio-político-econômicas que os aglomerados urbanos sofreram até chegarem aos nossos dias, incluindo a materialização das políticas urbanas mais recentes para compreender a cidade atual.

Apesar de parecer evidente que a vitalidade urbana (COSTA e LOPES, 2012)¹ da “cidade construída” se constitui como um reflexo de políticas urbanas potenciadoras de atratividade para os centros antigos, julga-se que somente a “identificação” das populações com as suas cidades poderá garantir a “singularidade e autenticidade cultural”. Razão pela qual a Nova Agenda Urbana das Nações Unidas, refere que “as Cidades e assentamentos humanos para além da sua função social devem ser participativos, promovendo o engajamento cívico, criando sentimentos de pertença e apropriação entre os seus habitantes...”².

ENQUADRAMENTO REGIONAL

Algarve

O Algarve, banhado a sul e poente pelo Atlântico, separado de Espanha pelo Rio Guadiana e do

¹Recorrendo ao ensaio, partilhamos a definição de vitalidade urbana às cidades que têm a “capacidade de funcionar como nós centrais nos processos de convivialidade e de sociabilidade que são fulcrais na criação de reputação e legitimação nas actividades culturais” (p. 104).

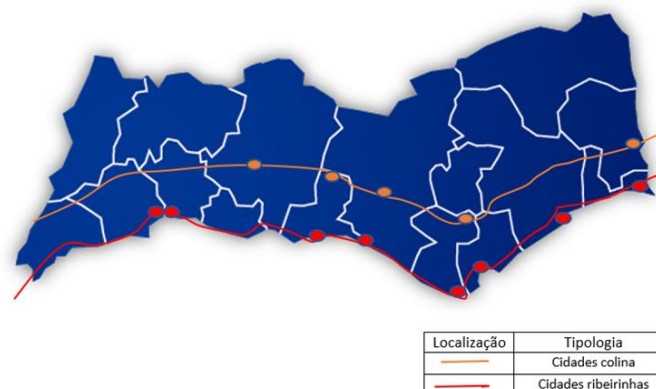
² HABITAT III - 3.ª Conferência da ONU - Quito, Equador, outubro de 2016, In «<http://habitatiii.dgterritorio.pt/?q=content/confer%C3%Aancia-habitat-iii>» Consultado em 15.03.2018

Alentejo pelas ribeiras de Odeceixe e do Vascão e pelas serras de Monchique e do Caldeirão, assume-se como uma região bem distinta do restante território continental. Estende-se de Este a Oeste numa distância de 178 Km e constitui-se numa estreita faixa de terreno (FEIO, 1983) com cerca de cinco mil quilômetros quadrados. Subdividido em duas partes, em longitude – barlavento e sotavento, e em três, em latitude – litoral, barrocal e serra, atualmente é constituído por dezoito Municípios.

A análise que aqui se efetua não pretende ser uma narrativa histórica, mas apenas ser o olhar do estudioso da cidade a “deambular” pela história.

Se observarmos a história fundacional dos assentamentos urbanos verificamos que a ocupação do sul de Portugal ocorreu em duas linhas paralelas (Figura 1), uma junto à costa – cidades ribeirinhas ou portuárias - normalmente fundadas pelos fenícios ou cartagineses e outra linha mais interior, passando pelos pontos mais altos – cidades colinas - funcionando como a segunda linha defensiva do território.

Figura 1 - Casos de Estudo e Linhas de colonização do Algarve, Portugal



Fonte: Elaborado pelos autores

No período da ocupação romana, foi criada uma vasta rede viária, que permitiu a interligação territorial e funcional na província da Lusitânia, acentuando a complementaridade entre as cidades ribeirinhas e as cidades colinas na ocupação e defesa do território.

Durante as ocupações romana (séc II) e árabe (séc VIII a XII), a grande maioria dos aglomerados urbanos existentes foram “reutilizados”, sem prejuízo de terem sido fundadas novas povoações, como é o caso de Loulé - Al-'Ulya' - fundada pelos árabes (PALMA, 2015).

A morfogênese dos núcleos urbanos esclarece que, por norma, a fundação seguia a regra da utilização da topografia para a abertura das vias e a “conformação” da malha urbana e respectivos quarteirões com o perímetro da muralha (no caso das cidades amuralhadas), cuja regularidade do limite geralmente se devia a dois fatores: construção na totalidade ou por trechos e topografia local.

O Algarve, pela sua localização mediterrânea e pela ocupação islâmica durante quatro séculos, possui muitas influências árabes, sendo um território físico, humano e cultural bastante peculiar no cenário português.

Em termos de atividades econômicas, durante muitos séculos esteve vocacionado para a agricultura de sequeiro no interior e a pesca no litoral, com as indústrias artesanais associadas à secagem de frutos, salga do peixe, doçaria regional, artesanato com empreita, entre outros. No entanto, na história mais recente, ocorreram dois contextos conjunturais assinaláveis que alteraram radicalmente o território. O primeiro se deu com o incremento da indústria de conservas em inícios da Primeira Guerra Mundial (RODRIGUES, 2011), posto que as conservas eram enviadas para as tropas portuguesas e aliados, sendo Manuel Ramirez e Júdice Fialho os maiores empresários. Para fazer face à procura de mão-de-obra no Algarve, o trabalho nas fábricas era sobretudo realizado por mulheres e crianças. A população aumentou, agravando-se os problemas de habitação, higiene e salubridade, tendo havido alguns industriais que construíram casas para os trabalhadores junto às fábricas.

Em Portimão, grande centro conserveiro naquela ocasião, ainda subsiste uma dessas vilas operárias, denominada “comboio [trem] parado”.

Com o fim da Primeira Guerra, houve um declínio na indústria de conservas, que, apesar de ter tido alguma recuperação durante a Segunda Guerra Mundial, nunca mais atingiu o mesmo fulgor, tendo acabado por fenecer, trazendo no seu bojo uma crise econômica considerável.

No entanto, com o advento do turismo, que surgiu a partir dos anos 1960, o Algarve voltou a ganhar estabilidade econômica, apesar dos graves problemas de ordenamento territorial daí advindos, devido ao crescimento desordenado e à ausência de políticas reguladoras eficazes.

O turismo de sol e praia, por um lado, acentuou a dicotomia litoral/ interior, e, por outro, favoreceu o desenvolvimento da indústria da construção civil, que cresceu sem regras, provocando a descaracterização de grande parte dos centros antigos das cidades ribeirinhas.

CASOS DE ESTUDO

Como refere Fernandes (2014), as cidades portuguesas na sua generalidade distribuem-se entre cidades ribeirinhas e cidades colinas. Como casos de estudo, selecionaram-se duas cidades com sistema defensivo envolvente (muralhas), uma no litoral do barlavento (cidade ribeirinha) e outra no interior do sotavento (cidade colina).

Evidentemente, por um lado, a própria localização geográfica define influenciadores distintos, e, por outro, as diferentes políticas urbanas determinarão diferenças entre as cidades. O que se pretende nesta análise comparativa é demonstrar que a identificação das populações, sejam elas compostas por naturais ou residentes, independentemente do percurso histórico e evolutivo, será consequência da capacidade do poder local envolver a sociedade civil nas políticas urbanas, mantendo-se a “construção coletiva” das narrativas históricas, uma vez que a própria identidade urbana e memória coletiva são fruto de uma co-criação e até reinvenção coletiva (SILVA, 2017).

Diz-nos Halbwachs (1990) que:

A memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que está para além do indivíduo (...) e simultaneamente uma corrente de pensamento permanente, que se transforma e redefine continuamente, porque apenas retém do passado aquilo que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo e que lhe interessa (Apud, RIBEIRO e

MELO, 2012, p. 6).

Para delinear o “código genético” das duas cidades, importa não apenas realçar a morfogênese, mas também, como referem Ribeiro e Melo (2013), verificar o contexto em que surge o sistema defensivo, que irá influenciar as características das formas urbanas, nomeadamente: se reaproveitaram as muralhas romanas e/ ou se estas são de fundação islâmica; se são cercas defensivas originais dos séculos XII-XIII; se são núcleos ampliados através da construção de novas muralhas nos séculos XIV e XV; se são cidades planejadas fortificadas nos finais da Idade Média; ou se são núcleos de fronteira que conheceram novos sistemas defensivos no século XVII.

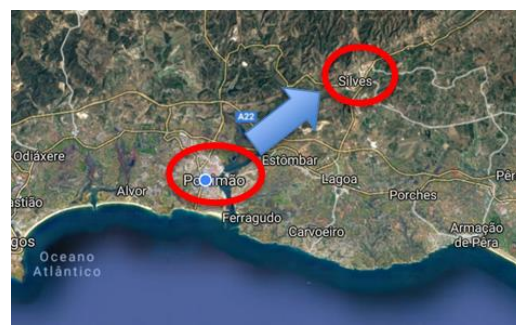
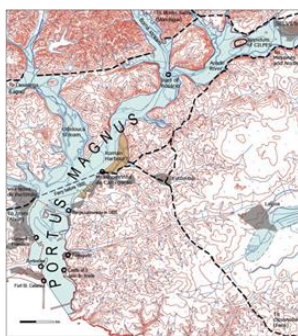
Tabela 1 - Dados comparativos - território e comunidade

DADOS	PORTIMÃO	LOULÉ
Território Municipal	182,06 km ²	763.67 km ²
População Residente	55. 614 hab	70. 622 hab
Densidade populacional	305,5 hab/ Km ²	92,5 hab/ Km ²
População da Cidade	45 431 hab	24. 791 hab
Zona antiga	ACRRU – 17 hectares	ARU - 7,6 hectares
Densidade pop. na Zona antiga	80 hab/ há	58 hab/ ha

Fonte: INE (Censos, 2011) e *sites* Municipais

Portimão

Figura 2 – Mapa com a localização hipotética de Portus Magnus e ligação entre Portimão e Silves - rio Arade



Fonte: Imagem da esquerda: In «<http://imprompto.blogspot.pt/search/label/Alvor>» Consultado em 15.03.2018INE; Fotografia aérea da direita In Google Maps com desenho dos autores

Relativamente ao momento fundacional de Portimão, subsistem dúvidas de que tenha sido obra do general cartaginês Aníbal Barca (550 AC), contudo parece irrefutável que tenha sido ocupada pelos romanos com o topônimo Portus Magnus (MACHADO, 1981)³, tanto mais que foram encontrados tanques de salga romanos em escavações decorrentes de obras de construção num edifício situado na Rua Dr. Ernesto Cabrita (dentro da zona amuralhada).

³ José Pedro Machado, no seu Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa, Verbetes Portimão, s/d, p.1201

Quando o território algarvio estava ocupado pelos árabes e Silves era a capital, Portimão era o porto de Silves (CARRAPIÇO *et al*, 1974), devido às suas excepcionais condições naturais. Com a reconquista cristã e o progressivo assoreamento do rio Arade, Portimão ganhou cada vez mais protagonismo, até que a Vila Nova de Portimão amuralhada surgiu no contexto do século XV, tendo como primeiro donatário Rui Afonso de Mello, porta-estandarte do Infante D. Henrique na Jornada de Tânger. Carrapiço, Palhinha e Brázio (1974) também referem que foi D. Afonso V (1438 – 1481) quem ordenou a construção da muralha, cuja construção é citada tanto nas Cortes de Évora de 5 de Março de 1475, onde é pedida “a continuação do cerco de Villa Nova de Portimão”, quanto nas Cortes de Montemor-o-Novo, a 9 de Fevereiro de 1477, e o seu término teria ocorrido por volta da primeira metade do século XVII.

Esse longo tempo de construção documentado parece ser comprovado na própria configuração da muralha, justificando a sua constituição em trechos descontínuos, conforme Figura 3.

Apesar de Carrapiço, Palhinha e Brázio (1974) referirem que a cerca de Portimão foi mandada executar no século XV por D. Afonso V, a sua tipologia se insere no âmbito dos núcleos urbanos medievais portugueses planejados e fortificados (séc. XIII-XIV), cuja fundação esteve ligada aos processos de reconquista e de repovoamento do território tomado aos mouros. Saliente-se que o terremoto de 1755, que tantos estragos causou em Lisboa, também foi avassalador no Algarve, tendo restado muito poucos edifícios anteriores ao século XVIII.

A Vila Nova de Portimão adquiriu o estatuto de cidade em 11 de dezembro de 1924 (após uma primeira tentativa do Marquês de Pombal, quando tentou criar dois bispados no Algarve, oportunidade perdida com a morte do Rei D. José I), por proposta do então Presidente da República, o portimonense Manuel Teixeira Gomes.

Figura 3 - Evolução Morfológica de Portimão



Fonte: A primeira imagem refere-se ao mapa de 1773 e o segundo de 1818 desenhados por Carrapiço, Palhinha e Brázio (1974). A terceira imagem é de autoria dos autores, na qual, sobre uma foto aérea, foram assinalados os elementos urbanos mais importantes, incluindo as portas e os postigos com base nas descrições históricas. A última imagem é um desenho à mão sobre uma forma urbana de autoria de Lucinda Caetano.⁴

Relativamente à muralha de Portimão, como se verifica na planta atual, foi completamente adossada às edificações passando a integrar e definir a forma urbana, excetuando nos trechos que foram demolidos – junto ao rio e na entrada da Igreja Matriz de Portimão.

A ampliação da ocupação urbana, conforme Figura 4, inicia-se a poente (no local de realização da feira), junto ao Postigo da Igreja, onde *a posteriori* foi construída a Igreja do Colégio dos

⁴ Nesta composição não houve a intenção de manter a escala, mas mostrar a evolução urbana (ampliação ocupacional e dimensões/ subdivisões dos quarteirões e das parcelas).

Jesuítas e mais tarde o Mercado Municipal (demolido em 2007) e a Norte. Por último, a ampliação urbana irá determinar o aterro e a ocupação da área de sapal a sul.

Figura 4- Evolução da ampliação urbana de Portimão



Fonte: Mapas produzidos e cedidos pelo Arquiteto José Marreiros, da Câmara Municipal de Portimão, em 2013.

A ocupação na Praia da Rocha começou com a construção de moradias (Figura 5), sendo posteriormente substituídas por edifícios em altura e alterando-se a linha de costa com a construção da marina e, posteriormente, do porto de cruzeiros.

Nas cidades ribeirinhas Algarvias, entre elas Portimão, viveu-se uma conjuntura determinada pela pressão turística, pela proximidade com a linha de costa – Praia da Rocha e Alvor –, pelo aumento de soberania do poder local (após a revolução de 1974) sobre as políticas urbanas e pela ausência de Planos urbanísticos reguladores, que trouxeram graves problemas territoriais, como a excessiva densidade de construção tanto a nível do solo quanto em altura nas zonas costeiras e o abandono e a descaracterização dos centros antigos.

Figura 5 - Evolução ocupacional Praia da Rocha



Fonte: Mapas retirados da base de dados do Sistema de Informação Geográfica da Câmara Municipal de Portimão

Como se pode observar na Figura 6, a ocupação territorial segue o padrão da urbanização descontínua e fragmentada, num amálgama de formas urbanas e vivências dispersas, sendo um dos problemas mais complexos e atuais das cidades contemporâneas.

Figura 6 - Fotografia aérea de Portimão atual



Fonte: In « <https://www.google.pt/maps/@37.1398938,-8.5359062,7685m/data=!3m1!1e3>», consultado em março 2018

No caso de Portimão, o poder político, a partir dos primeiros anos do século XXI, optou pela afirmação internacional da marca Portimão, com o recurso ao marketing territorial, à organização de megaeventos de nível internacional, com forte impacto midiático, e à construção de equipamentos culturais e esportivos de grandes dimensões, como o Autódromo Internacional do Algarve e o Pavilhão Arena. Neste contexto futurista, todos os projetos pareciam possíveis, e Portimão perfilava-se na cena regional como a capital do barlavento.

Entretanto, em 2013, o sonho caiu por terra, quando a Câmara Municipal de Portimão, para evitar a falência, solicitou um empréstimo de 132 milhões de euros para pagar dívidas em atraso, reconhecendo “grandes dificuldades” na tesouraria municipal, na sequência de uma polémica na Comunicação Social envolvendo detenções e processos judiciais.

Se observarmos a distribuição funcional, à primeira vista parece desajustado que o centro antigo esteja devoluto e degradado, uma vez que o mesmo se encontra cercado de equipamentos e zonas de comércio local. No entanto, devido à sua proximidade com uma zona de grandes superfícies comerciais, há uma concorrência direta e “desleal” com o comércio tradicional na zona antiga, que carece de boa acessibilidade e estacionamento gratuito.

Neste momento, verifica-se que, salvo uma zona residencial a norte, a zona antiga sofre um processo acelerado de gentrificação, com edifícios degradados e devolutos, uma zona de comércio e serviços fragilizada, onde as atividades que ainda proliferam são o alojamento local do tipo “hostel” e restaurantes.

Parece-nos importante ressaltar que, em Portimão, as políticas urbanas estiveram sempre voltadas para o exterior, sem relação com a sociedade civil local ou com o Associativismo. No entanto, a crise financeira trouxe um aspecto favorável relativo à aproximação do Poder local ao associativismo, uma vez que passaram a ser as associações a realizar os eventos culturais. Nesse contexto, percebe-se que, se, por um lado, as atividades culturais passaram a ser feitas a custo zero para o Município, por outro permitiram às Associações ganhar visibilidade.

Loulé

Figura 7 – Localização e Zona antiga amuralhada de Loulé



Fonte: A primeira e a segunda imagens constam do «Estudo de Salvaguarda e Inserção Urbanística do Castelo de Loulé». A terceira e quarta imagem foram desenhadas pelos autores. A quinta integra a sinalética turística da cidade de Loulé.

A cidade de Loulé situa-se a sul do maciço de Serras do Caldeirão, na última encosta, do último monte da Serra – Santa Luzia – antes do Atlântico, entre o barrocal e o litoral algarvio. O aglomerado inicial, contido pela muralha, em anfiteatro virado para sudoeste, com exposição solar predominante a Sul e Poente, implanta-se entre as cotas altimétricas de 160 e 170 metros situado entre dois talwegues que correm paralelos para Sudoeste. A poente o talvegue da Horta d’El Rei possui uma cota média de 155 metros e o talvegue de nascente, constituído pelo leito da Ribeira do Cadoiço, possui cotas na ordem dos 175 metros.

Devido à proximidade de ribeiras, possui elevado potencial hidrológico, o que proporcionou a disseminação de poços pelo aglomerado. A presença da água é tão imperativa nesta zona que Carlos Duarte (s/d, p. 17) chega a ponderar a hipótese de ter havido um fosso natural junto ao Castelo, devido à existência de uma linha d’água que o contornava, atravessando a anterior Horta d’El Rei e se prolongava pelo talvegue a poente. Considerando o clima e a presença da água, verifica-se a sua aptidão natural para a agricultura, razão pela qual, na Idade Média, era um dos fatores da importância deste aglomerado a nível regional, tendo sido comum a exploração de culturas (cana, esparto e palma) para a execução de artefatos ou para a alimentação.

Neste momento já se encontra comprovado por escavações arqueológicas a fundação muçulmana (PALMA, 2015), então denominada “Al-‘Ulyã”, cujo significado é “o outeiro”.

Como referem Ribeiro e Melo (2013, pp.192-193) “dentro do universo das cidades medievais portuguesas, registam-se exemplos de cidades de fundação islâmica, sem antecedentes urbanos conhecidos, que incluíram um sistema defensivo desde a sua génese”. Loulé apresentava uma estrutura de proteção tradicional islâmica composta por dois perímetros amuralhados: a alcáçova, onde se localizavam o castelo e algumas áreas residenciais e a almedina, rodeada pela segunda muralha.

A conquista de Loulé, usualmente atribuída a Paio Peres Correia, ocorreu em 1249, mas só teve eficácia plena em 1267, quando o rei de Castela – Afonso X – entrega a Pedro Eanes de Portugal os castelos de Loulé, Faro, Tavira, Silves, Paderne e Aljezur, apesar de D. Afonso III, em 1266, já ter outorgado à vila de Loulé o respectivo Termo e o foral. Três anos mais tarde, os Mouros Forros de Loulé também receberam foral. Da leitura do teor do foral depreende-se que na economia local encontravam-se presentes os setores primário, secundário e terciário. O primeiro era constituído pela agricultura de sequeiro (vinhas, cereais, figueirais e oliveiras), horticultura e pesca (em especial de baleias). O segundo, pelas indústrias, extrativa no caso do

sal, transformadoras (lagares, adegas, moinhos e azenhas) e manufatureiras (cobre, cabedal, palma, esparto e vime). O setor terciário estava restrito ao comércio a nível interno.

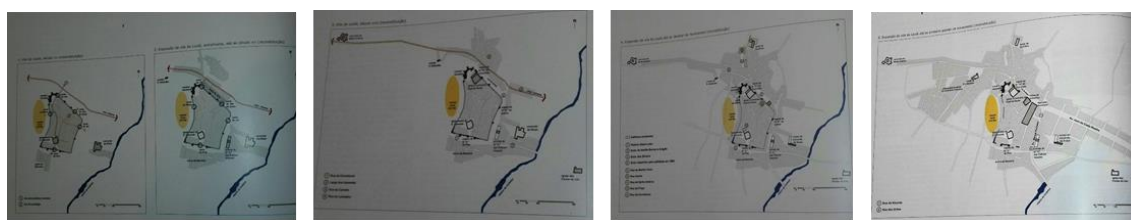
Provavelmente devido a essa diversidade econômica, Loulé tornou-se um polo atrativo da região, razão pela qual o Rei D. Dinis, em 1291, determinou que fosse instalada a única feira anual algarvia, com duração de 15 dias, no mês de setembro. Em 1298, a Igreja de S. Clemente (Matriz) é incorporada à Ordem religiosa de S. Tiago.

A muralha que definia o perímetro do aglomerado urbano medieval de Loulé tinha a configuração geométrica aproximada de um paralelogramo, possuía uma extensão de cerca de 940 metros, que delimitava um território em torno de cinco hectares, com capacidade para conter aproximadamente quinhentas habitações, das quais cerca de cento e cinquenta poderiam situar-se dentro do Castelo (ESTREMOZ, 1994 e MAGALHÃES, 1993).

Conforme a Figura 8, verifica-se que a ampliação urbana começa com a construção nos arrabaldes da mouraria (local de residência dos mouros) e da judiaria (local de residência dos judeus), após a reconquista cristã, seguindo depois o eixo viário do caminho romano que existia a norte do aglomerado urbano. As expansões para nascente e para poente ocorreram quando já estava construído o Mercado Municipal (1907) e aberta a Avenida Costa Mealha (nos anos 1920) e mantendo-se desocupado o espaço da feira anual (rossio/horta d'el Rey) junto à muralha do lado poente.

Na Figura 9, verifica-se que após 1974, também em Loulé a urbanização acelera-se de modo desenfreado, e um loteamento é aprovado para o antigo rossio com edifícios em altura que desfiguram a paisagem urbana, “poluindo a vista esplêndida sobre as colinas envolventes” (RAPOSO, 2007, p. 35).

Figura 8 - Evolução da ocupação urbana de Loulé



Fonte: Mapas retirados de RAPOSO (2007, p. 24, 26, 28 e 30).

Figura 9- Evolução urbana após 1974 e situação atual



Fonte: A primeira imagem foi retirada de RAPOSO (2007, p. 34) e a segunda In «<https://www.google.pt/maps/@37.1345025,-8.0181797,5436m/data=!3m1!1e3>», consultado em março de 2018

A partir desse momento, verifica-se, à semelhança de Portimão, que em Loulé (apesar de se localizar no interior) se mantém o mesmo padrão da urbanização descontínua e fragmentada (Figura 9). No entanto, a localização no interior da cidade de Loulé determinou menor pressão turística/construtiva, mantendo-se uma população local coesa e próxima do poder local.

O aglomerado urbano de Loulé (elevado a cidade em 1 de fevereiro de 1988), sede do Município, usufrui da confortável situação financeira do Município devido, sobretudo, aos empreendimentos turísticos de luxo, nomeadamente, Vilamoura, Vale do Lobo e Quinta do Lago, com densidades construtivas baixas, dotados da “artificialidade” da típica construção algarvia “inventada” para ser o emblema da autenticidade regional.

Neste caso, como o território litoral já se encontrava “comprometido” com os empreendimentos turísticos, a especulação imobiliária restringiu-se ao aglomerado urbano situado no litoral – Quarteira -, permitindo a preservação do centro histórico de Loulé, ainda que, devido à sua localização, não tenha conseguido captar novos moradores e visitantes.

As políticas urbanas para Loulé a partir de 2003 se basearam na preservação do centro urbano antigo, na contenção da construção em altura e na proibição de implantação de grandes superfícies comerciais nas proximidades.

Por outro lado, a política cultural potenciou o centro antigo e divulgou a marca Loulé associada a festivais urbano – como MED (de música de todo o mundo) e Noite Branca -, colocando Loulé no circuito turístico cultural internacional. Simultaneamente, investiu-se na política de revitalização dos espaços públicos e privados da Câmara, inseridos no centro antigo junto com escavações arqueológicas. Para além disso, têm aplicado projetos potenciadores de “identidade”, alguns deles advindos de associações locais, como a recuperação de profissões antigas e a captação de jovens aprendizes, ideia que surgiu numa atividade de cidadania promovida pela Casa de Cultura de Loulé.

Apesar de existirem muitas edificações degradadas ou devolutas, devido inclusive à não adaptação das estruturas antigas ao modo de vida atual, o centro antigo de Loulé mantém uma vitalidade razoável, estando em termos de atividades económicas suportado pelo comércio local e pelos vários serviços públicos, espalhados pela zona antiga, cujo centro nevrálgico é o Mercado Municipal – que, apesar de remodelado, manteve o seu traçado original.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A narrativa histórico-evolutiva de Portimão e Loulé procurou desvelar algumas características indutoras de funções urbanas distintas, inerentes aos dois tipos morfológicos de cidades no contexto fundacional português – cidades ribeirinhas e cidades colinas – enquadradas numa região, com um carácter singular no panorama nacional.

Nesta linha de pensamento, o respeito pelo património cultural constituído pelos centros antigos, enquanto documento histórico de uma determinada cultura num arco temporal específico, será capaz de potenciar/recuperar a memória das cidades, e, portanto, a sua identidade, o seu “código genético”, ou como afirma Sérgio Fernandes (2014, p. 5):

a observação do tecido urbano edificado no tempo longo onde estão depositados os valores da urbes, como um meio para superar as rupturas existentes, para procurar uma identidade estética da cidade.

Contudo, nas nossas sociedades do conhecimento, que permitem a informação instantânea de qualquer acontecimento na escala global, tem-se a percepção de que os “espaços de fluxos”⁵ muitas vezes substituem os “espaços de lugares”⁶, no dizer de Castells, e onde os “não-lugares”⁷, de Marc Augé (SÁ, 2014), reproduzem-se anonimamente pelo mundo e assinalam a dicotomia entre cidade e urbano⁸, como argumenta Choay (2004).

Nesse “desligamento” identitário, cada vez mais se valorizam os centros antigos europeus (ou “históricos”), como repositórios de identidades e memórias urbanas e coletivas, e que pela sua própria forma urbana (compacta em oposição à urbanização extensiva)⁹, encontram-se plenos de urbanidade¹⁰, como salienta Françoise Choay (2004).

No entanto, esse aumento de interesse relativamente aos centros antigos, tão usual nas nossas sociedades de consumo, associa a noção de “cidade histórica” a “mercadoria cultural” (VAZ,

⁵ De acordo com Castells (Apud SÁ, 2014) os espaços de fluxos são projetados para o mundo, mas sem raízes no lugar. Seria o oposto do que o autor denomina “espaços de lugares”.

⁶ Os “espaços de lugares” na aceção de Castells equivalem aos “lugares antropológicos” de Augé, onde a experiência dos indivíduos está vinculada aos espaços que eles percorrem e habitam, à sua cultura, à sua história. (Apud SÁ, 2014).

⁷ Os “não-lugares” descritos por Augé (2000, Apud SÁ, 2014) não têm como vocação o território, nem se vinculam a identidades ou relações simbólicas ou patrimoniais, mas pretendem facilitar a circulação (informação e consumo) à dimensão planetária. Como exemplos de “não-lugares” são considerados as grandes superfícies comerciais, as autoestradas e os aeroportos.

⁸ Françoise Choay (2004) salienta a dicotomia entre cidade e urbano, ao avaliar que na cidade encontramos a junção entre urbes (suporte físico) e civitas (comunidade) enquanto o urbano apresenta “espaços construídos”, cujo sistema operativo é válido em qualquer lugar, na cidade ou no campo. (T.A.).

⁹ Como refere Cavaco (2014, p. 1) “A resposta canónica para os problemas da urbanização extensiva tem sido o retorno a um modelo de cidade compacta, como um tipo menos predatório e mais sustentável da forma urbana.”.

¹⁰ Considerando “Urbanidade” como o “ajuste recíproco de uma forma de tecido urbano e de uma forma de convivência” (T.A.). (CHOAY, 2004).



2004)¹¹, sendo responsável em grande medida pela gentrificação e consequente descaracterização sociocultural nos processos de regeneração urbana. Essa gentrificação tanto pode ser ativa quanto passiva. Será ativa quando promovida pelas políticas urbanas, e passiva quando é a própria comunidade que se retira, por considerar que já não se sente identificada com o “sítio”, ou por inadequação funcional com o modo de vida atual.

Pelo referido, pressente-se a relação entre forma urbana, urbanidade e identidade, tendo como refere Choay (2004), inclusive servido de inspiração a Camillo Sitte, que, aplicando conceitos estéticos à semelhança de Vitruvius, publicou o livro intitulado “Construção das cidades segundo seus princípios artísticos” em 1889. Esse livro influenciou tanto estudiosos da cidade existente, como Patrick Geddes e Lewis Mumford, quanto planejadores das novas cidades, como Gustavo Giovannoni, que considerava que o “estudo do tecido dos centros urbanos históricos revela uma escala de proximidade que pode servir de princípio gerador e regulador”.

Por outro lado, verifica-se que num mundo globalizado, onde identidade e autenticidade são fatores de valor na competitividade entre as cidades, são as políticas urbanas e o engajamento das comunidades que poderão fazer a diferença, conferindo vitalidade social sustentável aos núcleos urbanos, adaptando-se a novos usos e novos costumes.

Apesar das distinções históricas e conjunturais entre Portimão e Loulé, parece-nos claro que Portimão, devido à sua localização geográfica, próximo do litoral, teria mais oportunidade de ter o seu centro antigo atrativo para o turismo cultural e ser um elemento diferenciador em termos de competitividade territorial. Contudo, a materialização das políticas urbanas assumidas, e em especial, o seu distanciamento das populações locais, tornaram o centro antigo de Portimão um dos exemplos mais profundos de desenraizamento cultural e social.

Esta conclusão é decorrente de uma análise, que recorreu a vários métodos (CAETANO, No prelo; CAETANO et al, 2018a , 2018b, 2018c; CAETANO, 2017), nomeadamente: observação direta dos casos de estudo; entrevistas semiestruturadas a atores-chaves das comunidades das duas cidades – técnicos dos Municípios, líderes das Associações Locais, profissionais liberais e lojistas – e com o método *random-route* – a pessoas comuns que encontrávamos nas ruas dos centros antigos -; análise cartográfica evolutiva; verificação da vitalidade urbana através da contagem de estabelecimentos de comércio fechados, de passantes nas ruas e das tipologias e diversidade de atividades de comércio/ serviços e criativas existentes.

No entanto, por considerarmos que a análise do investigador deverá, sempre que possível, ser avaliada através do confronto com o “sentir e o pensar” das populações, fomos ouvir atores-chaves das duas cidades, através de inquéritos por questionário. No caso de Portimão, foram preenchidos trinta e nove questionários, distribuídos em dois eventos públicos, um encontro sobre “O Impacto do Voluntariado para o Desenvolvimento Económico e Social Local”, realizada pela Associação Teia de Impulsos, e a Feira de Natal, realizada pela Associação Contramaré, ambas em dezembro de 2018. No caso de Loulé, foram preenchidos vinte e quatro questionários, distribuídos aos funcionários da Administração Pública do Município via email. Cada questionário foi estruturado em três partes distintas: CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS,

¹¹ Lilian Vaz (2004) ao analisar os processos de regeneração dos centros antigos afirma que “Duas tendências, no entanto, parecem recorrentes: a gentrificação - expulsão da população e atividades locais, devido à valorização dos imóveis da área, e a espetacularização da cidade (no sentido atribuído por Debord), a que todos assistem, estupefatos, numa passividade consumista, alienante e sem participação.” (p. 7).

IDENTIFICAÇÃO DOS INQUIRIDOS e MEMÓRIA/ IDENTIDADE URBANA, deixando sempre perguntas abertas para permitir o compartilhamento de ideias. A primeira parte - Caracterização dos inquiridos - procurou traçar o perfil do inquirido (idade, escolaridade, posição social e vinculação ao local – natural, morador e frequentador). A segunda parte - Identificação dos inquiridos – procurou avaliar os conhecimentos e a opinião geral sobre o centro antigo das cidades.

A terceira parte – Memória/ identidade urbana –, enquanto cerne do conteúdo exploratório, foi subdividida em duas abordagens distintas. Uma primeira que se debruçou sobre algumas tipologias de elementos identitários (num questionário tipo escolha múltipla), selecionadas com base em quatro critérios distintos (tempo longo; tempo breve; materiais; e imateriais), avaliando, por um lado, o que os inquiridos consideravam como “elementos identitários” das cidades, e por outro, qual a percepção dos inquiridos relativamente à “permanência” desses elementos no centro urbano antigo da sua cidade. A segunda parte procurou verificar a eventual identificação dos inquiridos com a cidade antiga, nas três dimensões: física, mental e afetiva. Para tal, entre outras questões, questionou-se se gostavam do centro antigo da sua cidade e se consideravam que faziam parte da sua história e memória coletiva, ou seja, se se identificavam com a cidade antiga.

Os questionários foram respondidos por uma faixa etária compreendida entre os 30 e os 60 anos, com escolaridade de grau superior, e ajudaram a demonstrar que a população de Portimão não se identifica com o centro antigo atual, mas remete sistematicamente para memórias individuais de vivências do passado. Por outro lado, a população de Loulé, apesar de considerar que há muito ainda para fazer em prol da regeneração do centro antigo, o percebe pleno de identidade e se identifica com a sua cidade.

Contudo, ao olhar do estudioso da cidade, os dois centros antigos apresentam características urbanas próprias, que conferem identidade aos “lugares”. Nessa linha de pensamento, a nossa leitura para a justificativa da pergunta de investigação – Por que a população de Portimão não se revê no seu centro antigo e a de Loulé sente-se parte da memória coletiva da cidade? – passa inequivocamente pelo envolvimento dos cidadãos nas políticas urbanas. Somente dessa maneira as memórias urbanas coletivas continuarão a ser construídas coletivamente.

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer ao CIAUD, à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e ao PROURB da Universidade Federal do Rio de Janeiro o apoio na investigação; e à Fundação da Ciência e Tecnologia o financiamento dos trabalhos de investigação científica conducentes ao Doutoramento.

Agradecem também às Instituições parceiras no estudo em curso nomeadamente – Associação Teia D’Impulsos (Portimão), Associação Contramaré (Portimão), Câmara Municipal de Loulé, Casa da Cultura de Loulé, Escola Secundária de Loulé e Delegação de Loulé da ACRAL.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. de. Libro das antiguidades e cousas notaveis de antre Douro e Minho, e de outras muitas de España e Portugal. Capítulo: II, 1549.

BRAUDEL, F. Escritos sobre a história. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

CAETANO, L. O. O Reforço do Associativismo Local e da Identidade do “Lugar”. Um contributo para a participação cidadã. Caso de Estudo: Portimão. Revista Espaços Vividos e Espaços Construídos. Lisboa: CIAUD, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, No prelo.

CAETANO, L. O., CRESPO, J. L., QUEIRÓS, A. R. e SILVA L. M. Identidade em Centros Antigos. Processos Participados para a Cidadania Ativa. Caso de Estudo: Portimão/ Algarve. In Atas PLURIS 2018 - 8º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, 24 - 26 de outubro 2018. ISSN: 2525-7390.

CAETANO, L. O., CRESPO, J. L. e PARAÍZO, R. C. A Participação Pública em Portugal – Reflexões sobre o Direito à Cidade. In Anais do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, 13 - 19 de outubro 2018.

CAETANO, L., O., CRESPO, J., L., e PARAIZO, R., C.. Pensar coletivamente a regeneração dos centros urbanos antigos. Casos de Estudo: Portimão e Loulé - Portugal. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 06, n 40, 2018, ISSN Eletrônico: 2318-8472, 69-83. 15 páginas. DOI: <http://dx.doi.org/10.17271/2318847264020181814>.

CAETANO, L. O. 2017. Public Participation in Territorial Management. A Construction of Citizenship. In Proceedings of the Incubators conference at the KU Leuven – Urban Living Labs for Public Space. A New Generation of Planning? Faculty of Architecture, Brussels, 10 – 11 April 2017. © KU Leuven. E-BOOK | ISBN 9789082510898. <https://arch.kuleuven.be/english/research/publications/publications>.

CAETANO, L. O., CORREIA, R. L. C., CASIMIRO, J. P. A cidade feita de sonhos - A outra face do Algarve. O cluster dos festivais nos cascos urbanos antigos. Estudos de caso: Faro, Loulé, Portimão e Lagos. Lisboa: Edição Sustenta - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. ISBN: 978-972-9346-43-9, 2015, páginas 177-188.

CARRAÇO, F.J.; PALHINHA, J.A. e BRÁZIO, J.M. As Muralhas de Portimão, subsídios para o Estudo da História Local. Câmara Municipal de Portimão, 1974.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CAVACO, C.S. From urban sprawl to a compact city policy: The primacy of process over forma, in: ISUF - International Seminar on Urban Form 2014. Presented at the OUR COMMON FUTURE IN URBAN MORPHOLOGY, Porto - Portugal, 2014, pp. 15.

CHOAY, F. El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad. In Lo Urbano en 20 autores contemporáneos. Barcelona: Edições UPC, 2004.

COSTA, P. e LOPES, R. “Espaços Liminares e Vitalidade Urbana: Foto-Ensaio sobre a Apropriação do Espaço Público em Três Bairros Críticos”. Cadernos de Arte e Antropologia, N.2, 2012.

DUARTE e LAMAS. Estudo de Salvaguarda e Inserção Urbanística do Castelo de Loulé. Documento, s/d.

ESTREMOZ, P. Proposta de Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Loulé. Gabinete Técnico de Loulé - Câmara Municipal de Loulé, 1994.

FEIO, M. O Baixo Alentejo e o Algarve. Évora, 1983.

FERNANDES, S.M.P. Gênese e Forma dos Traçados das Cidades Portuguesas. Morfologia, Tipologia e Sedimentação. Tese Doutoral – Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

KOSTOF, S. “The Future”. Cite Fall of the Street. 1989, pp 14-15.

MACHADO, J. P. Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa, Verbetes Portimão, s/d.

MAGALHÃES, J. R.. O Algarve Económico – 1600 – 1773. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MUMFORD, L. A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1982.



PALMA, J. F. M. da. O Desenvolvimento Urbano de Loulé. Do período medieval ao fim da época Moderna. Mestrado em História do Algarve – Universidade do Algarve, Faro, 2015.

RAPOSO, I. Guia da Reabilitação e Construção. Cidade de Loulé. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, s/d.

RIBEIRO, M. do C. e MELO, A. S. “A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval”. Revista Medievalista online. online Número 12 | Julho - Dezembro 2012, [Consultado 15.03.2018]. Disponível em

«http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12\melo_ribeiro1207.html».

RIBEIRO, M. do C. e MELO, A. S.. O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (séculos XIII – XVII). In Evolução da paisagem urbana transformação morfológica dos tecidos históricos. Braga: Universidade Nova de Lisboa, 2013, pp. 183-222.

RODRIGUES, J. V. A indústria de conservas de peixe no Algarve (1865-1945), 1997; Ferreira, Álvaro Joaquim Fernandes - As conservas enlatadas na alimentação das tropas em campanha, 1949; Ramirez, Memórias de cinco gerações, Edição da empresa, 2011.

SÁ, T. “Lugares e não lugares em Marc Augé”. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. v. 26, n. 2, 2014, pp. 209-229.

SILVA, J. M. M. F. S. A invenção do património urbano. Processos de produção dos lugares patrimoniais em Portugal. Tese doutoral – Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

VAZ, L.F. Planos e projetos de regeneração cultural: notas sobre uma tendência urbanística recente. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Sessão Temática: Imagens, Práticas Sociais e Representações 8. 2004